

## Prefácio

É frequente dizer-se, ao longo de séculos de história partilhada e com fortes afinidades aos mais diversos níveis, que Portugal e o Brasil são «países irmãos». Esta expressão transmite e simboliza os estreitos laços que mantêm, e, de igual forma, a partilha de uma língua comum que se efetiva numa relação transnacional privilegiada. No entanto, pese embora as afinidades históricas e culturais, Portugal e o Brasil diferenciam-se em inúmeros aspetos, e é precisamente sobre algumas dessas dissemelhanças que este livro trata. O tema selecionado é a presença, a atuação e a doutrina das forças policiais, colocando-se em evidência como os modelos de policiamento, por um lado, e as necessidades a que procuram dar resposta, por outro, são distintos e têm diferentes prioridades nos dois países.

Esse escrutínio e essa observação detalhada são oportunos quer no panorama das ciências sociais, quer a nível do papel interventivo e ativo que pode assumir nas esferas políticas de tomada de decisão. Por outras palavras, em *Polícia, Segurança e Ordem Pública*, os coordenadores conseguem levar a cabo algo que é tantas vezes enunciado mas tão poucas vezes conseguido na prática: o diálogo entre diferentes intervenientes; a aprendizagem mútua de realidades que se distanciam mas que são em simultâneo algo próximas; a adoção de estratégias comuns face à prática policial.

Não basta dizer que há colaboração, protocolos ou relações privilegiadas. É necessário que o conhecimento empírico e sustentado seja real. Com esta obra podemos afirmar, então, que saímos da esfera da demagogia e da retórica e passamos ao concreto, ao palpável. De que modo interage a polícia com as populações? Que significados tem, em diferentes contextos, o sentir-se «protegido», ou o seu inverso, ter-se «medo do crime» ou sentir-se inseguro? De que polícias falamos – e aqui refiro-me tanto às instituições como aos seus operacionais – e que criminalidade se procura combater? Qual o significado do mandato policial ou, recorrendo a um jargão popular brasileiro, o que fazer quando «polícia vira

---

\* Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

ladrão»? Estas são algumas das questões a que esta obra procura dar resposta, numa leitura atenta das realidades portuguesa e brasileira, o que as aproxima e o que as distingue, que problemas sociais emergem de facto, num e noutra contexto.

Em última análise estamos sobretudo a falar de democracia e de direitos humanos, de história política, económica, social e cultural. Em ambos os contextos há pelo menos uma particularidade que não pode ser deixada para segundo plano quando analisamos elementos relacionados com a autoridade e o exercício policial: a vivência, nestes que são hoje estados democráticos, de longas ditaduras que deixaram mais do que uma presença residual. Quer isto dizer que há um trabalho que continua a ser desenvolvido por parte das instituições que garantem a ordem pública que se prende com a sua própria reformulação e a sua imagem junto dos cidadãos. Ao contrário do que sucedeu no passado, a polícia – enquanto instituição – e o polícia – enquanto sujeito – já não têm como missão capturar opositores políticos ao regime. Hoje devem sim garantir que a sociedade é segura, que a ordem pública é mantida, que a criminalidade diminui e, neste sentido, a liberdade é vivida em pleno pelo conjunto da população. Num certo sentido, a base do policiamento comunitário é justamente a de unir polícia e comunidade num objetivo comum. É aqui deparamo-nos com o outro lado da questão. Também os cidadãos têm de aprender a mudar a perceção que têm das forças policiais, reconhecendo as transformações ao longo das últimas décadas, a maneira como as próprias instituições mudaram de paradigma e se foram reformando, acompanhando os tempos. Não tem sido tarefa fácil, nem de um lado nem do outro. As mentalidades não se reconfiguram com uma revolução, é necessário aprender, reeducar, sensibilizar e aqui penso nas próprias instituições, nos cidadãos, e no modo como uns e outros se relacionam e interagem. Se o passado histórico é uma herança e um legado, não é menos verdade que os novos desafios à segurança são uma incógnita.

Neste livro, a aproximação dos dois países é fulcral na medida em que nos permite equacionar ainda uma outra característica e dissemelhança relevante. Esta prende-se com o próprio contexto geopolítico em que Portugal e o Brasil se encontram. Portugal está no espaço europeu, inserido na União Europeia, partilha de toda uma legislação específica ao quadro comunitário. O Brasil insere-se numa esfera totalmente distinta, a dos países da América do Sul e da América Latina, o Mercosul. Esta distinção é mais do que apenas geográfica e acarreta fatores subjacentes importantes, uma vez que a economia, a legislação, a vida sociocultural

e, também, os índices e tipos de criminalidade são particularmente diferenciados. Como fica presente neste livro, no Brasil assistimos a um maior índice de criminalidade violenta e grave que fica ainda mais perceptível quando comparado com Portugal, onde os índices registados se mantêm baixos mesmo na média europeia. Essa realidade configura e determina o tipo de análise que é feita a propósito da polícia enquanto garante da segurança e da ordem pública. Em Portugal a tónica é colocada nos procedimentos burocráticos e administrativos, no Brasil é a questão dos direitos humanos que mais prevalece. Estamos aqui perante duas lógicas de ação e atuação totalmente distintas e que vale a pena salientar. O modelo português, tal como outros europeus, assenta numa estratégia muito em voga atualmente que se relaciona com a prevenção e dissuasão da criminalidade. Prevenção, neste domínio, traduz-se numa lógica de atuação em que a polícia antecipa e evita a ocorrência criminal. No Brasil, a lógica tem sido muito distinta, assentando sobretudo numa resposta pronta à situação através de uma atuação predominantemente paramilitar e reativa. Estas duas lógicas de desempenho e performance estão estreitamente ligadas com o que dizia acima sobre os contextos geográficos, políticos e culturais em que estes países se inserem e a forma como são influenciados pelas suas condicionantes internas e externas, seja a nível de política, seja, repito, a nível dos tipos e índices de criminalidade experienciada.

Ora, de que modo é que esta obra contribui, de facto, para que da retórica se passe à ação, e da análise à mudança? No contexto atual, em que a economia tem vindo a evoluir em direções opostas (positivas e negativas) num e noutro país, urge dar substância a números, quadros ou estatísticas, complementando-os com dados qualitativos provenientes de estudos de caso da tessitura social e cultural. É precisamente neste ponto que este livro se distingue da grande diversidade de publicações sobre estas temáticas, ao tornar real e dar voz a sujeitos e eventos que tão frequentemente são considerados no domínio do hipotético e da abstração. Em suma, neste livro os autores não se limitam a enumerar dados e a interpretar. Estes procuram antes produzir explicações dinâmicas para o fenómeno da produção de segurança e policiamento no Brasil e em Portugal.